

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P925 Premissas para o desenvolvimento humano através da educação
[recurso eletrônico] : avanços e possibilidades / Organizadora
Cláudia Neves. – Curitiba, PR: Artemis, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-01-9

DOI: 10.37572/EdArt_019230520

1. Educação – Filosofia. 2. Desenvolvimento humano. 3. Prática
de ensino. I. Neves, Cláudia.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

Premissas para o Desenvolvimento Humano através da Educação: Avanços e Possibilidades é uma publicação que pretende demonstrar o trabalho de vários autores que, a partir de um conjunto de perspectivas diversas, procuram refletir e problematizar o papel da educação, os seus limites e possibilidades, enquanto parte integrante da sociedade atual. O papel da Educação a partir de uma multiplicidade de olhares conduz-nos a evidenciar a sua importância enquanto fator primordial do Desenvolvimento Humano, entendido enquanto processo coletivo e individual, potenciador da construção de sociedades integradoras e inclusivas. Esta publicação convida, assim, à reflexão sobre os limites e potencialidades da educação no desenvolvimento das sociedades, a partir de uma multiplicidade de perspectivas e níveis de análise em torno de temáticas diversas.

Do ponto de vista da estrutura editorial a publicação encontra-se dividida em catorze capítulos organizados em duas grandes temáticas. Numa primeira temática temos um conjunto de artigos que procura analisar as principais *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*. A segunda temática enquadra um conjunto de textos que procuram analisar movimentos que indiciam *A emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*.

Na temática sobre *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*, o primeiro capítulo é da autoria de Victor Rodrigues de Almeida que nos oferece uma proposta de análise da escola como extensão da sociedade na qual se insere. Partindo de um conjunto de discussões em torno do ideário fascista no contexto escolar, este autor argumenta que algumas propostas políticas e jurídicas podem limitar o espaço democrático e reflexivo da escola enquanto lugar de desenvolvimento e diálogo democrático. O segundo capítulo da autoria de Cláudia Neves analisa a evolução das sociedades e o papel da educação nos modelos de desenvolvimento. A partir de uma análise crítica do papel da educação a autora destaca os efeitos diretos e indiretos que hoje em dia têm repercussão na educação questionando os mecanismos de regulação atuais e a tendência para a construção de uma agenda global mundial para a educação. Tendo como principal foco as universidades comunitárias regionais, Cristina Fioreze oferece-nos um texto (capítulo três) onde reflete sobre as perspectivas e os valores que orientam o ensino nestas universidades no âmbito de um contexto global de pressões económicas e competitividade, demonstrando a coexistência de movimentos alinhados com os ideais capitalistas e movimentos contrários que preservam o valor da educação como bem público. O quarto capítulo, da autoria de Adryssa Bringel Dutra, Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento, Pablo Severiano Benevides e Valdir Barbosa Lima Neto, analisa as configurações da Teoria do Capital Humano e a sua reconfiguração para o Neoliberalismo na

educação. Com base num conjunto de reflexões este autor aponta críticas ao discurso empresarial que se contaminado a educação e estabelece um conjunto de relações entre a Teoria do Capital Humano, o Neoliberalismo e a Educação. Esta primeira parte termina com o artigo de Rodrigo Marcos de Jesus que a partir dos contributos da Filosofia da Educação no pensamento de Anísio Teixeira identifica os principais dualismos entre a educação e a sociedade e os seus impactos na realidade brasileira.

Na segunda temática reuniram-se um conjunto de artigos que exploram a *emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*. Nesta segunda parte, o primeiro capítulo é da autoria de Eduardo Santos e Manuel Tavares, que analisa as características de duas universidades federais brasileiras entendidas como propostas transgressoras relativamente aos modelos universitários tradicionais. A sua análise aponta para a emergência de movimentos de reconfiguração do ensino superior brasileiro que perspectivam a educação popular como uma educação inclusiva nas suas matrizes institucionais e curriculares. O segundo capítulo, escrito por Djane Oliveira de Brito, analisa a relevância social do projeto LOGOS e a Universidade Aberta do Brasil e os impactos que tiveram na realidade educacional brasileira. A autora conclui que estes projetos tiveram uma enorme importância para a formação de professores brasileiros, em particular, aqueles cujas condições a partida não permitiam aceder facilmente a processos de profissionalização. O texto de Tamires Guedes dos Santos configura o quarto capítulo e apresenta-nos uma análise do ensino da Língua Portuguesa a partir da Filosofia da Diferença, questionando a gramática como forma padrão de ensino da língua portuguesa. Neste seu texto propõe explorar outras possibilidades a partir da reflexão sobre as suas práticas e as práticas de colegas docentes nesta área. O quinto capítulo diz respeito ao antagonismo pedagógico no ensino da música com base numa análise desde o século XVIII. É da autoria de Ricardo Henrique Serrão que, a partir de uma perspectiva histórica, aponta algumas críticas ao modelo tradicional de ensino da música. O quinto capítulo foi escrito por Roseni de Lima Ferreira onde explora uma proposta de prática pedagógica baseada em experiências e vivências das crianças, tendo em vista a educação autónoma, para a cidadania a partir do brincar. Explorando as interseções entre o real e o imaginário esta proposta explora o sentimento de partilha e desenvolvimento integral da criança. Simone Mara Dulz e Maria Selma Grosch são autoras do sexto capítulo sobre formação continuada de professores na educação profissional. A partir os movimentos de migração de profissionais liberais para a educação profissionalizante a autora problematiza a necessidade de formação continuada destes profissionais no sentido de os dotar de

uma consciência crítica e de uma compreensão da realidade educativa. O artigo de Luciane Spanhol Bordignon e Eliara Zavieruka Levinski nos mostra um estudo sobre as aulas públicas como prática acadêmica e as suas contribuições na interlocução com a escola pública. A partir de uma reflexão teórico-contextual a autora identifica vários argumentos sobre esta dinâmica assumindo as aulas públicas como parte de um compromisso social das universidades comunitárias. Terminamos esta publicação com dois textos da autoria de Patrícia Duarte de Brito que nos propõem, primeiramente, um olhar sobre as potencialidades das Tecnologias da Informação e Comunicação em espaços não escolares e, por último, uma exploração de estratégias pedagógicas para estimular a leitura das crianças em ambientes escolares.

SUMÁRIO

TENSÕES E AMBIGUIDADES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CAPÍTULO 1 1

A ASCENSÃO DO IDEÁRIO FACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA (2014 – 2018)

[Victor Rodrigues de Almeida](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305201

CAPÍTULO 2 11

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO DOS ESTADOS: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS NA ESFERA EDUCACIONAL

[Cláudia Susana Coelho Neves](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305202

CAPÍTULO 3 24

OS TENSIONAMENTOS NO ENSINO SOB O REGIME DO CAPITALISMO ACADÊMICO NA NOVA ECONOMIA: O CASO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS REGIONAIS

[Cristina Fioreze](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305203

CAPÍTULO 4 42

EDUCAÇÃO, RACIONALIDADE NEOLIBERAL E TEORIA DO CAPITAL HUMANO

[Adryssa Bringel Dutra](#)

[Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento](#)

[Pablo Severiano Benevides](#)

[Valdir Barbosa Lima Neto](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305204

CAPÍTULO 5 54

O PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA

[Rodrigo Marcos de Jesus](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305205

A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS DE REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 6 80

DESAFIOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO: CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DE DUAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

[Eduardo Santos](#)

[Manuel Tavares](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305206

CAPÍTULO 7	102
O PROJETO LOGOS E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) – DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO DE PROFESSORES	
Djane Oliveira de Brito	
DOI 10.37572/EdArt_0192305207	
CAPÍTULO 8	113
PARA ALÉM DA GRAMÁTICA: PENSANDO O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA	
Tamires Guedes dos Santos	
DOI 10.37572/EdArt_0192305208	
CAPÍTULO 9	123
ANTAGONISMO PEDAGÓGICO ENTRE PRÁXIS MUSICAIS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA MÚSICA POÉTICA À ÉCOLE DE MÉCANISME	
Ricardo Henrique Serrão	
DOI 10.37572/EdArt_0192305209	
CAPÍTULO 10	140
O REAL E O IMAGINÁRIO NO MUNDO DE FANTASIAS, MECANISMOS PARA APRENDER BRINCANDO	
Roseni de Lima Ferreira	
DOI 10.37572/EdArt_01923052010	
CAPÍTULO 11	145
FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL	
Simone Mara Dulz	
Maria Selma Grosch	
DOI 10.37572/EdArt_01923052011	
CAPÍTULO 12	154
AULA PÚBLICA: COMPROMISSO E INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA	
Luciane Spanhol Bordignon	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.37572/EdArt_01923052012	
CAPÍTULO 13	161
A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES PARA A AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS ARTÍSTICO-CULTURAIS	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052013	
CAPÍTULO 14	175
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE MOTIVAÇÃO À LEITURA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052014	
SOBRE A ORGANIZADORA	192
ÍNDICE REMISSIVO	193

AULA PÚBLICA: COMPROMISSO E INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA

Data de aceite: 05/05/2020

Data de submissão: 24/04/2020

Luciane Spanhol Bordignon

Universidade de Passo Fundo

Faculdade de Educação

Passo Fundo -RS

<http://lattes.cnpq.br/5581578176881785>

Eliara Zavieruka Levinski

Passo Fundo -RS

<http://lattes.cnpq.br/3246445432464470>

RESUMO: Este estudo apresenta reflexões sobre aulas públicas enquanto compromisso e interlocução com a escola pública em uma Instituição de Ensino Superior Comunitária, localizada no norte do Estado do Rio Grande do Sul, mas especificamente a Universidade de Passo Fundo. As aulas públicas fazem parte das práticas acadêmicas desenvolvidas no Curso de Pós-graduação *lato sensu* - Especialização Políticas e Gestão da Educação *In Company* realizado entre a Prefeitura Municipal de Soledade - RS e a Universidade de Passo Fundo. O estudo objetiva refletir sobre as aulas públicas desenvolvidas como prática acadêmica e suas contribuições na interlocução com a

escola pública. O procedimento metodológico se articulou na reflexão teórica-contextual, na qual são focalizados aspectos do debate sobre a temática abordada. Os resultados identificam que as práticas acadêmicas fazem parte do compromisso social da universidade comunitária e legitima sua interlocução com os sistemas da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Aula Pública. Universidade. Educação Básica.

PUBLIC CLASS: COMMITMENT AND INTERLOCUTION WITH THE PUBLIC SCHOOL

ABSTRACT: This study presents reflections about public classes and their commitment and dialogue with the public school and the University of Passo Fundo, a Community Higher Education Institution located in the north of the State of Rio Grande do Sul. The *lato sensu* postgraduate course Specialization in Policies and Management of Education *In Company*, offered by this university in partnership with Soledade's City Hall, presents public classes as a constituent part of its academic practices. The purpose of this study is reflect about the public classes repercussion in academic practices and their contributions in the dialogue with public

schools. The methodological procedure was articulated in the theoretical-contextual reflection, obtaining results that identify academic practices as constituents of the community university social responsibility and legitimize its interlocution with the basic education systems.

KEYWORDS: Public Class. University. Basic education.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no campo de investigação da interlocução entre universidade e escolas. O procedimento metodológico se articulou na reflexão teórica-contextual, na qual são focalizados aspectos do debate sobre as aulas públicas, envolvendo uma Instituição de Ensino Superior Comunitária, localizada no norte do Estado do Rio Grande do Sul, mas especificamente a Universidade de Passo Fundo. O curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização Políticas e Gestão da Educação habilita recursos humanos para atuarem como especialistas na área de políticas e gestão da educação, com 390h. A terceira (2016) e quarta edição (2018), realizou-se no Campus Soledade, no formato *In Company* com a Prefeitura Municipal de Soledade e a Universidade de Passo Fundo. Nessas edições, o curso apresenta práticas acadêmicas, entre elas, aulas públicas.

Esse artigo objetiva apresentar reflexões sobre aulas públicas compreendidas em espaços e tempos de aprendizagem, comunicação, conhecimento, relações interpessoais e compromisso. Está organizado em dois eixos: no primeiro, conceituam-se as universidades comunitárias e aborda a Universidade de Passo Fundo; no segundo eixo, apresenta as aulas públicas como teias de significados e por fim, no último eixo, dispõem-se as considerações deste estudo.

2. UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E A UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

As Universidades Comunitárias foram criadas na década de 1940 e consolidadas na década de 1980, totalizando, 68 instituições comunitárias em 2019 e caracterizam-se em sua essência, o sentido de público. O modelo comunitário, presente em todo o Brasil, mais especificamente no sul do país, distingue-se pelo modelo público não estatal.

As universidades comunitárias (UC) estão preconizadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). A Constituição Federal (1988), em seu artigo 213, refere que poderão ser consideradas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as escolas que provarem finalidade não lucrativa e aplicarem seus excedentes financeiros em educação. Nesse mesmo artigo, no parágrafo 2º, aponta a possibilidade de que as atividades

universitárias de pesquisa e extensão recebam apoio financeiro do poder público.

O artigo 20 da LDB aponta como comunitária as universidades que são constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora membros da comunidade.

A Lei nº 12 881/2013 dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Descreve características básicas para a qualificação das UC: constituição na forma de associação ou fundação de direito privado, patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuição da sua renda, aplicação integral dos recursos nas suas atividades e desenvolvimento permanente de ações comunitárias. As ICES contam com as seguintes prerrogativas: ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionado às instituições públicas e recebem recursos orçamentários do poder público. Acredita-se que a legislação veio reconhecer o papel das instituições comunitárias e precisar a sua real identidade.

As universidades comunitárias regionais conformam um modelo peculiar dentro da educação superior no estado do Rio Grande do Sul. São instituições cuja propriedade legal é privada, apesar de serem sem fins lucrativos e possuírem finalidades públicas. As IES comunitárias possuem vocação regional, tendo sido as principais responsáveis pela interiorização da educação superior no estado do Rio Grande do Sul. Organizadas em estruturas *multicampi*, são comprometidas com o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades nas quais estão inseridas (LONGHI, 1998).

A origem das universidades comunitárias gaúchas está localizada entre as décadas de 1940 e 1970, muito embora sua caracterização como instituições de cunho regional e seu reconhecimento como universidades propriamente ditas tenha se dado a partir da década de 1960.

No Rio Grande do Sul, as universidades comunitárias organizam-se no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996 e atualmente com 15 universidades associadas. Em Santa Catarina, as universidades comunitárias organizam-se na Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), fundada em 1974 e que congrega 16 fundações educacionais, criadas com apoio do Governo do estado e de prefeituras.

Dentre as universidades comunitárias está a Universidade de Passo Fundo, que, em 2020, completou 52 anos de existência. Com mais de 13 mil alunos, conta com mais de 898 professores e 1.382 funcionários, e faz parte da vida de pessoas em mais de 100 municípios do norte gaúcho. A UPF já ultrapassou a marca de 75 mil profissionais formados. Ofereceu em 2018, 61 cursos de graduação, 29 cursos de especialização em andamento, 15 cursos de mestrado, 8 cursos de doutorado,

também recebendo alunos para estágio pós-doutoral. Conta com uma estrutura multicampi, que, além do Campus Passo Fundo, compreende unidades instaladas nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade. A UPF tem suas ações orientadas e sustentadas por quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Tem como *missão*: produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação. Tem como *visão*: consolidar-se como universidade comunitária regional, pública não estatal, de excelência, por meio do reconhecimento de sua qualidade, valores acadêmicos, seu compromisso social e suas ações inovadoras e sustentáveis. Entre seus *valores* está a gestão colegiada e planejada, o compromisso com o desenvolvimento regional e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3. AULAS PÚBLICAS COMO TEIA DE SIGNIFICADOS

As mudanças nas formas de aprender dos alunos sinaliza a mudança também das formas de ensinar dos professores e as novas funções discentes e docentes, só serão possíveis a partir de uma mudança de mentalidade, uma mudança nas concepções profundamente arraigadas de uns e de outros, sobre a aprendizagem e o ensino para afrontar essa nova cultura de aprendizagem. (POZO, 2007).

Na perspectiva dos processos de ensino e aprendizagem, as aulas universitárias, segundo Mazeto (2011) definem-se como espaço de pesquisa; como espaço de construção de conhecimento interdisciplinar; como espaço de desenvolvimento de aprendizagem e como espaço e tempo de uso das tecnologias de informação e comunicação. Corroboram Rays (1998) ao definir a aula como um processo relacional entre o político, o pedagógico, o científico e o sociocultural.

Oliveira (2008, p. 191), por sua vez, destaca o fato de que os “conceitos de tempo e espaço, cada vez mais, estão se tornando flexíveis, contribuindo, conseqüentemente, para a mudança do próprio conceito de aula”. Nesse sentido, Villas Boas (2001, p. 203) menciona que a aula pode se realizar não apenas em uma sala de aula convencional, mas em diferentes espaços. Trata-se do conceito de “escola expandida” e de sala de aula sem paredes, com novos espaços de convivência e aprendizagem, defendido por Moraes (1996, p. 68). Veiga (2008) defende a aula como um projeto colaborativo que vai além da simples cooperação entre professores. “No trabalho colaborativo, as relações tendem a ser não hierárquicas, havendo liderança compartilhada e co-responsabilidade pela organização didática da aula, como projeto de ação imediata” (VEIGA, 2008, p. 271).

Nessa perspectiva, a sala de aula não é o único *locus* dos processos de ensino

e aprendizagem. Outros espaços de aprendizagem possibilitam esses processos, como as aulas públicas. As aulas públicas constituem-se em espaços e tempos de comunicação, de conhecimento, de relações interpessoais e de compromisso.

Na perspectiva das aulas públicas, o curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo, apresenta essa prática acadêmica. Esse curso habilita recursos humanos para atuarem como especialistas na área de políticas e gestão da educação, com 390h. A terceira (2016) e quarta edição (2018), realizou-se no Campus Soledade, no formato *In Company* com a Prefeitura Municipal de Soledade e a Universidade de Passo Fundo.

No decorrer de cada edição do Curso, oito aulas públicas são oferecidas, abertas para a comunidade em especial para profissionais das escolas públicas do município e da região. Essas aulas são mediadas pelo professor que ministra as disciplinas, com temáticas emergentes no campo das políticas e gestão da educação e da escola, com a participação dos acadêmicos do Curso de Pós-graduação e com a presença de profissionais das escolas públicas. Nessa perspectiva, Grillo (2001) sinaliza quatro dimensões que explicitam a prática docente, presente nas aulas públicas: *dimensão pessoal*: na relação estabelecida; *dimensão prática*: capacidade de articulação, organização de situações de aprendizagem; *dimensão conhecimento profissional*: diferentes tipos de conhecimentos articulados que ultrapassam o conhecimento de uma única área e *dimensão contextual*: capacidade de trazer para a aula a realidade ou deixar a aula e ir até a comunidade.

Nesse sentido, a aula pública apresenta referenciais voltados para *interdisciplinaridade*, *reflexões* e *construção do conhecimento pelo aluno*. Fazenda (1994) descreve que a *interdisciplinaridade* passa por todos os pontos do conhecimento e faz a integração entre eles. Esta deve ser um movimento sem fim, criando novos pontos de discussão. Na aula pública, fica clara a necessidade de se relacionar o conteúdo com outras áreas do conhecimento. Complementando, Morin (2000) apresenta que o ensino universitário tem um grande desafio em formar pessoas que saibam pensar, *refletir* e sejam polivalentes, para lhes proporcionar autonomia. Cunha (2004) cita que muitos professores constroem seu conhecimento apenas para si, chamando de “competência técnico-científica”, esquecendo-se do aluno, que deveria ser o seu alvo principal.

As aulas públicas são compreendidas como momentos de debates com a comunidade local e regional acerca de uma temática emergente. Cada disciplina no curso organizou e efetivou uma aula pública aberta ao público interessado e as escolas públicas.

Compreender a aula pública como uma teia de significações, práticas e desafios, na interlocução com as escolas, em um caminho de mão dupla, da

universidade “com” as escolas e não “para” as escolas, possibilita relações que se fazem e refazem na relação com seus protagonistas, em uma relação dialógica, investigativa e emancipatória.

4. ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

Este estudo apresenta reflexões sobre aulas públicas enquanto compromisso e interlocução com a escola pública. Ao refletir sobre as aulas públicas desenvolvidas, é possível inferir que essa modalidade de aula ultrapassa o conceito de sala, caracteriza-se por uma situação didático-pedagógica concreta. O encontro possibilita que as pessoas que participam estão envolvidas em torno de um mesmo objetivo. Além disso, dimensões temporais se fazem presente: *o passado* envolvendo conhecimentos, vivências, experiências, tradições e formação cultural, *o presente*: o aqui e o agora contextualizado, refletido com elaboração da compreensão e o *futuro*: tudo o que ainda vai ser construído, só o tempo e a busca de condições para sua efetivação permitirá vislumbrar.

Essa prática acadêmica reafirma a tese da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão na universidade comunitária, na medida em que a universidade ocupa seu lugar social na região, escutando, discutindo e organizando planos e ações.

A interlocução entre universidade e escola possibilita aprendizagens relacionadas com o conhecimento, com os riscos e incertezas e, ainda, com as trajetórias e sonhos dos sujeitos do mundo. Corrobora com essa reflexão Veiga (2008) ao evidenciar que trata-se de um projeto de construção colaborativa entre ambos. Enfim, a aula é um espaço de formação humana e de produção cultural.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ACAFE. Disponível em: <https://www.acao.org.br/new/index.php?endereco=conteudo> Acesso em: 05 abr. 2020

BRASIL. E-Mec. *Lei nº 12.881*, de 12 de novembro de 2013. **Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES**, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, 2013.

_____. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Poder Executivo, Brasília, 1996.

_____. *Constituição (1988)*. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COMUNG. Disponível em: <https://comung.org.br/>. Acesso em: 03 abri. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004.

GRILLO, Marlene. O professor e a docência: o encontro com o aluno. In: ENRICONE, Délcia (Org.). **Ser professor.** 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola.** São Paulo: Papirus, 1994.

LONGHI, Solange Maria. **A face comunitária da universidade.** 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação na aula universitária: espaço de pesquisa, construção de conhecimento interdisciplinar, espaço de aprendizagem e tecnologias da comunicação. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina,** Florianópolis, UFSC, v. 29, n. 2, p. 597-620, 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n2p597/22219> >.

MORAES, M.C. O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e na prática pedagógica. Em Aberto, ano 16, n. 70 (abr.-jun.), p.57-69, 1996..

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, E.G. Aula virtual e presencial: são rivais? In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

POZO, Juan Ignacio. Aprender na sociedade do conhecimento. In: ENGERS Maria Emília Amaral; MOROSINI, Marília Costa. **Pedagogia Universitária e Aprendizagem.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007..

RAYS, Oswaldo Alonso. Acepção e função da aula no mundo contemporâneo. In: MARCON, Telmo. **Educação e universidade: práxis e emancipação.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In:VEIGA, Ilma Passos A.(Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola – Uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, p. 11-35, 2008.

VILLAS BOAS, B.M.de F. Bases pedagógicas do trabalho escolar. In: **Curso de Pedagogia para professores no início de escolarização.** Módulo I, v. 1. Brasília: FE/UnB, 2001.

UPF. Disponível em: <https://www.upf.br/a-universidade>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SOBRE A ORGANIZADORA

CLÁUDIA NEVES é professora auxiliar no Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta e investigadora integrada no Laboratório de Educação a Distância e eLearning. É coordenadora do Mestrado em Administração e gestão educacional e tem supervisionado várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre temas relacionados com a Liderança Educacional e a Administração e Gestão Educacional. Tem participado em vários projetos de investigação nacionais e internacionais tendo já coordenado um projeto com financiamento europeu sobre competências de aprendizagem ao longo da vida para pequenas e médias empresas. Atualmente a sua investigação prende-se com a exploração das perspetivas teóricas da complexidade nos contextos de administração e gestão educacional e com a promoção de comunidades profissionais virtuais de aprendizagem em contextos educativos. Tem publicado vários artigos sobre os processos de política educativa e os instrumentos e mecanismos de regulação da educação atual, bem como a emergência de novas conceções sobre Liderança Educacional Digital. É membro do Observatório de integração dos diplomados da Universidade Aberta e vogal da Direção do Fórum Português de Administração Educacional.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capitalismo Acadêmico 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 38, 39, 40

D

Desenvolvimento 11, 16, 17, 22, 23, 91, 160

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 125, 131, 132, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 177, 184, 188, 189, 191, 192

Educação Básica 15, 105, 109, 110, 154, 175, 177, 184

Educação para a democracia 70, 71

Educação Popular 67, 70, 74, 81, 83, 90, 91, 100

Educação tecnológica 145, 146, 149, 152

Ensino e aprendizagem 104, 157

Ensino Superior 25, 40, 41, 67, 68, 69, 80, 82, 87, 88, 96, 100, 108, 109, 110, 111, 112, 152, 154, 155, 160

Ensino universitário 93, 158

Escola do mecanismo 123, 133, 135, 137, 138

Escola Pública 56, 74, 75, 78, 91, 154, 159

F

Filosofia da Diferença 113

Filosofia da educação 54, 55, 56, 58, 59, 63, 71, 77, 79

G

Globalização 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30, 40, 82, 83, 87, 89

I

Inclusão 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 97, 98, 99, 124, 169, 171

Integração Regional 81, 82, 83, 91, 93

M

Modelo público 26, 155

N

Neoliberalismo 18, 22, 42, 43, 46, 47, 48, 53

Nova economia 24, 25, 26, 27, 28, 33, 40

O

Organizações Internacionais 11, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23

P

Pedagogia 10, 53, 77, 100, 123, 124, 132, 138, 143, 144, 160, 173, 191

Pedagogia musical 123, 124, 132

Políticas educativas 18, 20, 21, 23

Práticas pedagógicas 86, 95, 96, 130, 140, 167, 182

R

Racionalidade liberal 45

Regulação da educação 12, 18, 21, 192

T

Teoria do Capital Humano 42, 43



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**